

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Setembro/2016



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL

Concurso Público para provimento de cargos de **Contador**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A08', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O conhecimento é essencial para maximizar potencialidades.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

Instituições e riscos

Sem convívio não há vida, sem convívio não há civilização. Mas para conviver neste pequeno planeta, para se afastar da barbárie, os homens necessitam de princípios e de regras, em suas múltiplas formas de agrupamento. Orientados por tantos e tão diferentes interesses, premidos pelas mais diversas necessidades, organizamo-nos em associações, escolas, igrejas, sindicatos, corporações, clubes, empresas, assembleias, missões etc., confiando em que a força de um objetivo comum viabiliza a unificação de todos no corpo de uma instituição. É o sentido mesmo de uma coletividade organizada que legitima a existência e o funcionamento das instituições.

Mas é preciso sempre alertar para o fato de que, criadas para permitir o convívio civilizado, as instituições também podem abrigar aqueles que se valem de seu significado coletivo para mascarar interesses particulares. A corrupção e a fraude podem tirar proveito do prestígio de uma instituição, alimentando-se de sua força como um parasita oportunista se aproveita do hospedeiro saudável. Não faltam exemplos de deturpações e desvios do bom caminho institucional, provocados exatamente por aqueles que deveriam promover a garantia do melhor roteiro. Por isso, não há como deixar de sermos vigilantes no acompanhamento das organizações todas que regem nossa vida: observemos sempre se são de fato os princípios do bem coletivo que estão orientando a ação institucional. Sem isso, deixaremos que a necessidade original de convívio, em vez de propiciar a saúde do empreendimento social, dê lugar ao atendimento do egoísmo mais primitivo.

(Teobaldo de Carvalho, inédito)

1. A argumentação desenvolvida no texto pretende, essencialmente, demonstrar que as instituições humanas,
 - (A) conquanto regidas por iniciativas pessoais, destinam-se a promover o sentido de um bem público.
 - (B) desde que orientadas por rígida regulamentação, tornam-se inflexíveis e estimulam as fraudes.
 - (C) uma vez criadas para preservar valores comuns, não se prestam a encobrir funções menos nobres.
 - (D) embora motivadas por necessidades sociais, podem emprestar sua legitimidade a propósitos ilegítimos.
 - (E) ainda quando manipuladas por algum oportunismo, não devem estimular uma vigilância sem trégua.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. A frase inicial *Sem convívio não há vida, sem convívio não há civilização* constitui uma premissa, a partir da qual se compreende que a criação das instituições humanas atende a uma simples imposição da natureza.
 - II. Costuma ocorrer, no interior de uma instituição, que a sua legitimidade repouse em princípios e regras de funcionamento, em vez de se apoiar na espontaneidade dos instintos humanos.
 - III. A relação estabelecida entre *um parasita oportunista* e *um hospedeiro saudável* ilustra, de modo figurado, a afirmação de que a vitalidade de uma boa instituição pode servir a propósitos alheios aos seus.Em relação ao texto está correto o que se afirma em
 - (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I, apenas.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
 - (A) *para se afastar da barbárie* (1º parágrafo) = para se redimir da violência
 - (B) *premidos pelas mais diversas necessidades* (1º parágrafo) = coagidos pelos mais relevantes propósitos
 - (C) *mascarar interesses particulares* (2º parágrafo) = dissuadir intenções privadas
 - (D) *tirar proveito do prestígio* (2º parágrafo) = obstar vantagem da boa fama
 - (E) *princípios do bem coletivo* (2º parágrafo) = preceitos socialmente positivos

4. Está clara e correta a seguinte redação de um livre comentário sobre o texto:
 - (A) A finalidade das instituições legitima-se, de fato, quando, imunes a fraudes, logram bem representar e atender as necessidades coletivas.
 - (B) O bom convívio social entre todos é o que deve orientar as instituições, de cuja legitimidade não se pode abrir brechas para qualquer dúvida.
 - (C) Para que se atenda as necessidades de um bom convívio, a criação de instituições saudáveis nem sempre conseguem evitar quem as deturpem.
 - (D) Os fraudulentos regosijam-se quando podem se aproveitar da fragilidade das instituições, embora estas amparem o bem-estar comum a que se destinam.
 - (E) Há interesses egoístas naqueles que se valem de uma instituição legítima, em cuja se apoiam para perpetrar atos indignos que só a desvirtuam.



5. Na transposição correta de uma voz verbal para outra resulta adequada a correlação entre tempos e modos em:
- (A) Os inescrupulosos manipularão as instituições para que estas satisfaçam seus interesses = Os inescrupulosos terão manipulado as instituições para satisfazerem seus interesses.
 - (B) Os parasitas retiram energia do hospedeiro sem que este possa esboçar uma reação = A energia do hospedeiro foi retirada pelos parasitas sem que tivesse podido esboçar uma reação.
 - (C) Se os interessados fundassem uma associação, poderiam pleitear outras vantagens = Se uma associação fosse fundada pelos interessados, outras vantagens poderiam ser pleiteadas.
 - (D) Caso não exerçamos uma severa vigilância, as finalidades deste grupo serão deturpadas = Caso não se exercesse uma severa vigilância, terão sido deturpadas as finalidades deste grupo.
 - (E) A necessidade de convívio impõe a criação de órgãos que nos protegem = A necessidade de convívio é imposta pela criação de órgãos pelos quais seremos protegidos.
-
6. Estabelecem entre si uma relação de causa e consequência, nesta ordem, os seguintes segmentos:
- (A) *para se afastar da barbárie / os homens necessitam de princípios* (1º parágrafo)
 - (B) *premidos pelas mais diversas necessidades / organizamo-nos em associações* (1º parágrafo)
 - (C) *a unificação de todos no corpo de uma instituição / a força de um objetivo comum* (1º parágrafo)
 - (D) *alertar para o fato / abrigar aqueles que se valem de seu significado coletivo para mascarar interesses* (2º parágrafo)
 - (E) *tirar proveito do prestígio de uma instituição / alimentando-se de sua força como um parasita* (2º parágrafo)
-
7. Na frase *alimentando-se de sua força como um parasita oportunista se aproveita do hospedeiro saudável*, o sentido do segmento sublinhado está formalmente correto e coerente nesta outra construção:
- (A) conquanto um oportunista parasita que se beneficiasse do seu saudável hóspede.
 - (B) a exemplo da força de um hospedeiro saudável em que se aproveitasse um parasita.
 - (C) tal um oportunista parasita se vale da boa saúde do hospedeiro.
 - (D) assim como um parasita tem aproveitado-se da saúde do hospedeiro.
 - (E) à medida que um oportuno parasita venha a ter proveito ao saudável hospedeiro.
-
8. Os dois últimos períodos do texto são introduzidos pelas expressões *Por isso* e *Sem isso*, que nesse contexto se referem, precisamente,
- (A) a um mesmo antecedente: a necessidade de ficarmos alertas.
 - (B) a um mesmo antecedente: a ocorrência do parasitismo oportunista.
 - (C) a estes dois respectivos antecedentes: um convívio civilizado e a boa saúde do empreendimento social.
 - (D) a estes dois respectivos antecedentes: desvios do roteiro desejável e necessidade de vigilância.
 - (E) a estes dois respectivos antecedentes: os bons princípios coletivos e o egoísmo mais primitivo.

Atenção: Para responder às questões de números 9 a 12, considere o texto abaixo.

A sociedade do espetáculo

Num admirável e recente livro de ensaios, a escritora Susan Sontag afirmou que “vivemos numa sociedade do espetáculo”. Segundo ela, cada situação deve ser transformada em espetáculo para ser real, ou seja, interessante para o público. A realidade perdeu o prestígio. A realidade só aparece representada de modo espetacular na mídia. A consequência disso é que os cidadãos da modernidade, consumidores da violência como espetáculo, adeptos da proximidade sem risco, se tornaram pessoas instruídas no cinismo.

Mas quem são os cínicos? Os espectadores, os documentaristas da mídia? Ou, quem sabe, os próprios críticos da mídia? Para estes, é cômodo denunciar as imagens da violência culpando-as pelo que retratam. Ganham, assim, a suposta superioridade de quem estaria desmascarando um falso espetáculo, um truque em que todos caem. Com isso, a violência real acaba sendo poupada de qualquer condenação.

(Baseado em: CALLIGARIS, Contardo. **Terra de Ninguém**. S. Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 343)

9. Um dos efeitos de estarmos vivendo *numa sociedade do espetáculo* é, segundo a linha de argumentação do texto,
- (A) tornarmo-nos alheios a qualquer forma de representação da violência real.
 - (B) admitirmos a existência da violência apenas quando ela nos atinge diretamente.
 - (C) atribuímos à violência das ruas a culpa pela violência que tomou conta da mídia.
 - (D) sentirmo-nos como que responsáveis pela violência praticada por outros.
 - (E) reconhecermos a violência apenas quando a mídia a trata como grande atração.



10. No segundo parágrafo do texto, admite-se que os próprios críticos da mídia sejam cínicos, pelo fato de que
- (A) são os primeiros a promoverem a violência generalizada, valorizando-a publicamente.
 - (B) compartilham prazerosamente com os demais espectadores o mesmo espetáculo da violência.
 - (C) simulam condenar publicamente a violência, quando a praticam em sua vida privada.
 - (D) se limitam a condenar a mídia sensacionalista, em lugar de denunciarem a violência real.
 - (E) se colocam como observadores que não admitem separar o fato do modo pelo qual é noticiado.
-
11. As frases do primeiro parágrafo *A realidade perdeu o prestígio. e A realidade só aparece representada de modo espetacular na mídia.* podem constituir coerentemente um único período, sem prejuízo para o sentido. Para isso, a conexão entre elas deve ser feita por meio da expressão
- (A) muito embora.
 - (B) mesmo quando.
 - (C) dado que.
 - (D) a fim de que.
 - (E) ao passo que.
-
12. Está clara, correta e coerente a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) É a preocupação com a audiência que leva a mídia a fazer da violência das ruas um espetáculo com o qual os espectadores deverão se entreter em casa.
 - (B) A cada momento onde a violência ganha força pelo tratamento que lhe dá a mídia, ela só faz crescer.
 - (C) Há cinismo em se naturalizar as notícias da violência, em vez de usá-las como um espetáculo que se pudesse à todo custo evitar.
 - (D) Por mais que nos esforcemos, não é fácil deixarmos de nos atrairmos pelo que a mídia sabe emprestar de espetáculo a uma notícia violenta.
 - (E) Falando da mídia, Susan Sontag e Contardo Calligaris atribuem-na um papel e uma responsabilidade determinantes na representação da violência.
-
13. A forma de tratamento, o emprego de pronomes e a linguagem utilizada estão plenamente adequados no seguinte caso:
- (A) Vimos respeitosamente à presença de Vossa Excelência, chefe dos Recursos Humanos, solicitar que se dê um jeito na situação precária em que se acham os funcionários recém-admitidos.
 - (B) Senhor Governador: Vossa Senhoria deveis considerar que nossas demandas são justas, razão pela qual aqui as reexponho.
 - (C) Como o Senador não pode comparecer, falará em seu lugar seu assessor imediato, que tão bem representa Sua Excelência.
 - (D) Não é por nada não, chefia, mas bem que podias honrar-nos a todos que o estimamos com um atendimento mais cordial.
 - (E) Caros deputados, se não pretendeis votar a emenda ainda hoje, tomamos a liberdade de lembrar-lhes que a próxima semana estará tomada por outra pauta.
-
14. A linguagem sintética e expressiva, característica dos provérbios e ditos populares, encontra adequada tradução de sentido, numa formulação conceitual, em:
- (A) *Um dia é da caça, outro é do caçador* = Não há recompensa para quem não se esforça.
 - (B) *O lobo perde os dentes, mas não o costume* = O desafio de deixar um hábito é não ceder a outro.
 - (C) *Quem não tem cão caça com gato* = A improvisação rápida não supre uma necessidade duradoura.
 - (D) *Depois da tempestade vem a bonança* = O adiamento das obrigações leva à ruína.
 - (E) *Cachorro de muitos donos morre de fome* = Compartilhar responsabilidade pode resultar em não assumi-la.
-
15. Estão inteiramente adequadas a flexão e a regência verbal na frase:
- (A) Se requiséssemos um pouco mais de tempo lograríamos terminar a empreitada da qual nos comprometêramos.
 - (B) Ainda que nos propôssemos a ajudá-los, eles disporiam-se a nos retribuir, um dia?
 - (C) Ainda ontem reavemos a confiança do grupo, a mesma confiança em que desfrutávamos antes.
 - (D) Caso não o detêssemos a tempo, quem sabe com que loucuras ele se deixaria assaltar?
 - (E) Se não nos dispusermos a colaborar com eles, em quem mais haverão de confiar?

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. O resultado da expressão numérica

$$12^{-1} \cdot \left(1 - \frac{1}{5}\right) \cdot \left(1 - \frac{2}{5}\right) \cdot \left(1 - \frac{3}{5}\right) \cdot \left(1 - \frac{4}{5}\right) \cdot \left(1 - \frac{6}{5}\right) \cdot \left(1 - \frac{7}{5}\right) \cdot \left(1 - \frac{8}{5}\right) \cdot 5^6$$

é

- (A) o número zero.
 - (B) um número menor do que -2 .
 - (C) um número entre -2 e -1 .
 - (D) um número entre 0 e 2 .
 - (E) um número maior do que 2 .
-
17. Três números naturais diferentes são tais que o menor entre os dois menores é o segundo maior divisor positivo do outro. E o menor entre os dois maiores também é o segundo maior divisor positivo do outro. Sabendo que esses três números são pares, sobre eles é correto concluir que
- (A) o maior é 50% a mais que o número intermediário.
 - (B) o menor é a quarta parte do número intermediário.
 - (C) o número intermediário é o quádruplo do menor número.
 - (D) o maior número é o dobro do menor número.
 - (E) o número intermediário é a metade do maior número.
-
18. Saí de casa com a intenção de gastar exatamente $\frac{5}{8}$ do dinheiro que tinha comigo. Não consegui. Superei a minha intenção de gastos em 50%. Em casa verifiquei que me havia sobrado R\$ 37,00. A quantia que tinha ao sair de casa é um valor
- (A) entre 500 e 600 reais.
 - (B) maior que 600 reais.
 - (C) entre 400 e 500 reais.
 - (D) entre 300 e 400 reais.
 - (E) menor que 300 reais.
-
19. O preço de um produto em uma embalagem cuja capacidade é de 1,2 L é R\$ 35,00. O mesmo produto, vendido em uma embalagem cuja capacidade é de 250 mL, custa R\$ 7,00. Para que o preço desse produto, vendido na embalagem de 1,2 L, seja proporcional ao preço do produto vendido na embalagem menor é necessário
- (A) aumentá-lo em R\$ 2,40.
 - (B) reduzi-lo em R\$ 4,80.
 - (C) reduzi-lo em R\$ 1,40.
 - (D) mantê-lo como está.
 - (E) aumentá-lo em R\$ 3,20.
-
20. O planejamento de uma excursão mostra que há mantimento suficiente para que 21 excursionistas façam 3 refeições diárias durante 48 dias. Após um último encontro de planejamento, decidiram que o regime de alimentação dos excursionistas seria de apenas 2 refeições diárias. Com essa alteração no número de refeições diárias foram admitidos mais 7 excursionistas para a viagem. Dessa maneira, a duração máxima da excursão, sem faltar mantimento, poderá ser
- (A) aumentada em 12 dias.
 - (B) reduzida em 8 dias.
 - (C) reduzida em 9 dias.
 - (D) aumentada em 6 dias.
 - (E) a mesma.



21. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA fechou o ano de 2015 com uma alta acumulada de 10,67%, contra um avanço de 6,41% aferido no ano anterior, 2014. Em 2013, esse mesmo índice foi de 5,91%. Para cálculos, nesta questão, utilize nas porcentagens aproximações para o inteiro mais próximo. Um produto, cujo preço acompanha esse índice, sofreu de forma acumulada nesses três anos um reajuste de, aproximadamente,
- (A) 21%.
 - (B) 25%.
 - (C) 23%.
 - (D) 27%.
 - (E) 31%.
-
22. Quanto a dominar as habilidades A, B, C, D e E é sabido que há quem domine apenas uma dessas habilidades e isso acontece com as habilidades A, C e D. Há quem domine exatamente duas dessas habilidades e isso acontece com as habilidades, A e B, A e C, C e D, D e E. Dominar exatamente três dessas habilidades só acontece com as habilidades A e B e C. Não há quem domine mais do que três dessas habilidades. A partir dessas informações, é correto concluir que
- (A) qualquer um que domine a habilidade B também domina a habilidade C.
 - (B) há quem domine a habilidade E e também a habilidade C.
 - (C) todos os que dominam a habilidade A também dominam a habilidade B.
 - (D) não há quem domine B e C que não domine A.
 - (E) poucos dominam exatamente as duas habilidades B e E.
-
23. Se João canta ou Maria sorri, então Josefa chora e Luiza não grita. Do ponto de vista lógico, uma afirmação equivalente a afirmação anterior é
- (A) Se Luiza grita ou Josefa não chora, então João não canta e Maria não sorri.
 - (B) Se João não canta ou Maria não sorri, então Josefa não chora e Luiza grita.
 - (C) João canta ou Maria sorri, e Josefa não chora e Luiza grita.
 - (D) Se João canta, então Josefa chora e se Maria sorri, então Luiza grita.
 - (E) Se Luiza não grita e Josefa chora, então João canta ou Maria sorri.
-
24. Para a sequência de números naturais 8336; 4168; 4170; 1390; 1392; 348; 350; . . . foi criada um padrão que alterna divisão e adição sucessivamente. A sequência é ilimitada e a soma entre os 8^o, 10^o e 13^o termos é igual a
- (A) 76.
 - (B) 94.
 - (C) 78.
 - (D) 82.
 - (E) 86.
-
25. Considere as afirmações e seus respectivos valores lógicos.
- I. André não é analista ou Bruno é biblioteconomista. Afirmação VERDADEIRA.
 - II. Se Carlos não é cerimonialista, então Dorival é contador. Afirmação FALSA.
 - III. André não é analista e Dorival não é contador. Afirmação FALSA.
 - IV. Se Bruno é biblioteconomista, então Ernani é economista. Afirmação VERDADEIRA.
- A partir dessas afirmações, é correto concluir que
- (A) Se Ernani é economista, então André não é analista.
 - (B) Carlos não é cerimonialista e Bruno não é biblioteconomista.
 - (C) Carlos é cerimonialista e Ernani é economista.
 - (D) André não é analista ou Dorival é contador.
 - (E) Bruno não é biblioteconomista ou Dorival não é contador.

**Noções de Direito Constitucional**

26. Mariana é brasileira e tem 66 anos; Pedro é chileno e tem 19 anos; Benedita é brasileira e tem 16 anos; João é brasileiro, tem 18 anos e está prestando o serviço militar obrigatório; Ana é brasileira, tem 22 anos e é analfabeta. Considerando que todos fixaram domicílio no Brasil, a soberania popular mediante plebiscito de caráter nacional será exercida obrigatoriamente por
- (A) Mariana; facultativamente por Benedita e Ana; não podendo exercê-la Pedro e João.
 - (B) Pedro e Ana; facultativamente por Mariana e Benedita; não podendo exercê-la João.
 - (C) Mariana e Ana; facultativamente por João; não podendo exercê-la Pedro e Benedita.
 - (D) Ana; facultativamente por Mariana, Benedita e João; não podendo exercê-la Pedro.
 - (E) Mariana e João; facultativamente por Pedro e Benedita; não podendo exercê-la Ana.
-
27. Membros do Senado Federal pretendem propor emenda constitucional para abolir o sigilo do voto nas eleições municipais, sob a justificativa de que a Constituição Federal assegura a livre manifestação do pensamento. Nesse caso, a Constituição Federal
- (A) poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República, que deverá ser discutida e votada em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos.
 - (B) poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros do Senado Federal.
 - (C) não poderá ser emendada, pois não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto secreto.
 - (D) poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
 - (E) poderá ser emendada apenas na vigência de intervenção federal, já que se trata de um direito fundamental, devendo ser a proposta discutida e votada em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos.
-
28. Bernardo é ministro do Supremo Tribunal Federal; Fátima é ministra do Tribunal Superior do Trabalho e Cícero é membro do Conselho Nacional de Justiça. É correto afirmar que
- (A) Bernardo e Fátima trabalham em órgãos do Poder Judiciário e Cícero em órgão do Poder Legislativo.
 - (B) Bernardo, Fátima e Cícero trabalham em órgãos do Poder Judiciário.
 - (C) Fátima e Bernardo trabalham em órgãos do Poder Judiciário e Cícero em órgão do Poder Executivo.
 - (D) Bernardo trabalha em órgão do Poder Judiciário e Fátima e Cícero em órgãos do Poder Executivo.
 - (E) Bernardo trabalha em órgão do Poder Executivo e Fátima e Cícero em órgãos do Poder Legislativo.
-
29. Considere a seguinte situação hipotética: verificando-se o impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional entende que deve assumir o exercício dessas funções. Nessa situação, ele
- (A) não tem razão, porque em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, quem assume o exercício da Presidência da República é o candidato que se classificou em segundo lugar na mesma eleição.
 - (B) não tem razão, porque em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) não tem razão, porque em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados.
 - (D) tem razão, porque em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Mesa do Congresso Nacional, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) não tem razão, porque em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
-
30. Alfredo deseja se candidatar a Deputado Estadual no Mato Grosso do Sul e, para avaliar suas chances, deseja saber qual o número de Deputados da Assembleia Legislativa do referido Estado. Sabendo que a Câmara dos Deputados é composta por oito Deputados Federais, conclui que o número de Deputados à Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul será de
- (A) oito, pois o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
 - (B) dezesseis, pois o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
 - (C) no mínimo doze, pois o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá a uma vez e meia (150%) da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
 - (D) vinte e quatro, pois o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
 - (E) trinta e seis, sendo que o cálculo a ser feito não tem relação com o número dos Deputados Federais que representam o Estado de Mato Grosso do Sul na Câmara Federal.

**Noções de Direito Administrativo**

31. Carlos é servidor público, integrante do quadro de servidores de autarquia municipal, responsável pelo serviço de limpeza urbana. Em diversos dias do mês de dezembro de 2015, porém fora do horário de expediente, Carlos utilizou-se de trator pertencente à autarquia, empregando-o em obra de sua fazenda, situada próxima ao endereço da autarquia. O Ministério Público Estadual, após a respectiva investigação, ajuizou ação de improbidade administrativa contra Carlos. Desde que preenchidos os requisitos legais, o ato ímprobo praticado por Carlos
- (A) está sujeito à medida de indisponibilidade de bens.
 - (B) está sujeito, dentre outras sanções, à suspensão dos direitos políticos por cinco a oito anos.
 - (C) exige o trânsito em julgado para a exigibilidade de todas as sanções cabíveis.
 - (D) não exige conduta dolosa para sua configuração, podendo ser meramente culposa.
 - (E) está sujeito, dentre outras sanções, à proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de três anos.
-
32. Em determinado processo administrativo de âmbito federal, durante a fase de instrução, constatou-se que a matéria nele versada envolvia assunto de interesse geral. Assim, o órgão competente, mediante despacho motivado, abriu período de consulta pública. Nos termos da Lei nº 9.784/1999,
- (A) nos processos em que houver período de consulta pública não será cabível audiência pública.
 - (B) a consulta pública não se destina a pessoas jurídicas, mas sim, às pessoas físicas, as quais poderão examinar os autos e apresentar alegações escritas.
 - (C) o comparecimento à consulta pública confere, por si só, a condição de interessado do processo.
 - (D) o comparecimento à consulta pública confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada.
 - (E) as respostas proferidas por ocasião da consulta pública não podem ser comuns, ainda que existam alegações substancialmente iguais, pois cada administrado tem o direito de obter resposta individualizada.
-
33. Considere os dois itens a seguir, a fim de responder adequadamente a questão:
- I. Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.
 - II. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
- Em determinado pregão, o pregoeiro passou a negociar diretamente com o proponente para obter melhor preço. Nos termos da Lei nº 10.520/2002, tal prática
- (A) é vedada no pregão, pois embora não haja proibição expressa, tal prática contraria o princípio da indisponibilidade do interesse público.
 - (B) é vedada no pregão, haja vista proibição legal expressa nesse sentido.
 - (C) somente será possível na hipótese narrada no item I.
 - (D) somente será possível na hipótese narrada no item II.
 - (E) é admissível nas hipóteses narradas nos itens I e II.
-
34. Em determinada licitação promovida pela União Federal, o citado ente licitante, findo o procedimento licitatório, decidiu, imotivadamente, não adjudicar o objeto da licitação ao vencedor, revogando o certame e abrindo nova licitação. A propósito desses fatos,
- (A) houve violação ao princípio da adjudicação compulsória, que somente inexistiria caso houvesse justo motivo para a revogação do certame.
 - (B) é lícita a conduta do ente licitante, pois a revogação do certame pode ocorrer em qualquer momento, independentemente de motivação.
 - (C) houve violação tanto ao princípio do julgamento objetivo quanto ao princípio da adjudicação compulsória.
 - (D) é lícita a conduta do ente licitante, no entanto, caso tivesse adjudicado o objeto ao vencedor, estaria o ente público obrigado a celebrar o respectivo contrato administrativo.
 - (E) houve violação ao princípio da contratação compulsória.
-
35. Manoel é servidor público do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo-lhe suspensa a qualidade de segurado, em razão de ter deixado de contribuir para o MSPrev por quatro meses consecutivos. Cumpre salientar que a suspensão já perdura por dez meses. Caso Manoel venha a falecer, seus dependentes
- (A) terão imediato direito ao benefício, não sendo necessário qualquer requisito prévio, haja vista que a suspensão não impede o direito dos dependentes.
 - (B) não terão, em qualquer hipótese, direito ao benefício, haja vista a sua irregularidade perante a Previdência.
 - (C) terão direito ao benefício, se fizerem o requerimento conforme os ditames legais e desde que paguem todas as quantias atrasadas, corrigidas monetariamente e com juros de mora.
 - (D) terão direito ao benefício, se fizerem o requerimento conforme os ditames legais e desde que paguem pelo menos um mês de atraso, corrigido monetariamente e com juros de mora.
 - (E) terão direito ao benefício, se fizerem o requerimento conforme os ditames legais e desde que paguem todas as quantias atrasadas, corrigidas monetariamente, no entanto, não incidirá juros de mora nesse caso.

**Legislação Institucional**

36. Um servidor da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul foi incumbido de revisar uma minuta de manual de orientações para recém empossados. Ao final dos trabalhos, fez as seguintes correções com o objetivo de adequação ao previsto no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul:
- I. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul tem sua sede no Palácio Guaicurus, localizado no Parque dos Poderes, em Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo vedada a reunião em outro local.
 - II. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul reunir-se-á na Capital do Estado anualmente, por convocação obrigatória, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro, quando se encerrará a Sessão Legislativa.
 - III. A Sessão Legislativa ordinária não será interrompida sem a aprovação do projeto de Lei Orçamentária Anual.
 - IV. A Sessão Legislativa poderá ser prorrogada mediante proposta de um terço dos membros da Assembleia.
 - V. As sessões ordinárias do período prorrogado observarão o rito do período comum.

Está efetivamente de acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) IV e V.
 - (C) I, III e V.
 - (D) II e IV.
 - (E) I, II, IV e V.
-
37. Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos compete à Presidência e à Secretaria. Esses órgãos são constituídos pelo
- (A) Presidente, no caso da Presidência, e por um secretário e um representante indicado pelo Deputado mais votado, no caso da Secretaria.
 - (B) Presidente e Vice-Presidente, no caso da Presidência, e por dois secretários e um representante indicado pelo Deputado mais votado, no caso da Secretaria.
 - (C) Presidente, no caso da Presidência, e por dois secretários e um representante indicado pelo Deputado mais votado, no caso da Secretaria.
 - (D) Presidente e Vice-Presidente, no caso da Presidência, e por dois secretários, no caso da Secretaria.
 - (E) Presidente, no caso da Presidência, e por dois secretários, no caso da Secretaria.
-
38. A Lei Estadual nº 4.090/2011 regula o desenvolvimento nas carreiras dos servidores na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. A forma prevista para esse desenvolvimento é
- (A) o acesso por tempo de serviço, por seleção interna ou por meritocracia.
 - (B) a alocação por produtividade, por tempo de serviço ou por seleção interna.
 - (C) a nomeação por seleção interna, por incorporação de substituição de chefia e por meritocracia.
 - (D) a promoção por tempo de serviço, por meritocracia ou horizontal.
 - (E) a avocação por tempo de serviço, por incorporação de substituição de chefia ou horizontal.
-
39. A Lei Estadual nº 4.091/2011 regula as formas de vacância na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Segundo esse regramento legal, a vacância ocorrerá, entre outras hipóteses, no caso de
- (A) posse em outro cargo inacumulável.
 - (B) remoção a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração.
 - (C) redistribuição do servidor com o respectivo cargo para outra unidade da AL/MS, para ajustamento de quadro de pessoal às necessidades dos serviços.
 - (D) substituição automática definida em lei.
 - (E) exoneração, quando não satisfeitas as condições do estágio probatório nos casos de cargo em comissão e função de confiança.
-
40. Nos termos definidos pela Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul a respeito do Poder Legislativo Estadual,
- (A) é vedada a recondução de membro da Mesa, para o mesmo cargo, na eleição subsequente.
 - (B) é permitida a convocação de sessão extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul pela maioria de seus membros no caso de intervenção em Município.
 - (C) a posse aos Deputados diplomados é feita em reunião preparatória.
 - (D) a convocação da sessão extraordinária deve ser fundamentada sob um assunto específico, mas, uma vez convocada, pode haver deliberação sobre qualquer tema.
 - (E) o Governador poderá comparecer à AL/MS em qualquer época da sessão legislativa de cada ano para expor, em sessão ordinária, a situação do Estado.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Geral**

41. O Patrimônio Líquido de uma empresa em 31/12/2014 era R\$ 500.000,00, constituído somente pelo Capital Social. Durante o ano de 2015, ocorreram os seguintes eventos:

1. Lucro líquido apurado em 2015: R\$ 200.000,00.
2. Destinação do lucro líquido em decorrência do que estabelece a Lei das Sociedades por Ações e o estatuto social da empresa:
 - Reserva Legal: constituída nos termos da Lei nº 6.404/76.
 - Constituição de Reserva Estatutária no valor de R\$ 7.000,00.
 - Reserva para Expansão: saldo remanescente.

Sabe-se que R\$ 30.000,00 do Lucro Líquido foram decorrentes de subvenções governamentais recebidas pela empresa e esta, para não tributar este ganho, reteve-o na forma de Reserva de Incentivos Fiscais, utilizando a possibilidade estabelecida na Lei nº 6.404/76 referente aos dividendos. O Estatuto Social da empresa prevê um Dividendo Mínimo Obrigatório no valor de 25% do Lucro Líquido ajustado também nos termos da Lei nº 6.404/76. Com base nestas informações, os valores apresentados no Balanço Patrimonial de 31/12/2015 como Dividendos a Pagar e Patrimônio Líquido, respectivamente, foram, em reais,

- (A) 40.000,00 e 613.000,00.
(B) 47.500,00 e 652.500,00.
(C) 40.000,00 e 660.000,00.
(D) 47.500,00 e 622.500,00.
(E) 50.000,00 e 620.000,00.

42. A Cia. Só Ativos possuía, em 30/06/2016, uma patente classificada como ativo Intangível com vida útil indefinida cujo valor contábil era R\$ 1.300.000,00, o qual era composto por:

Custo de aquisição R\$ 1.500.000,00.
Perda por desvalorização (reconhecida em junho 2015) R\$ 200.000,00.

Em junho de 2016, a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

Valor em uso R\$ 1.550.000,00.
Valor justo líquido das despesas de venda R\$ 1.280.000,00.

Complementarmente, as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continuava indefinida. Com base nestas informações, a Cia. Só Ativos, em junho de 2016,

- (A) não fez qualquer registro.
(B) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 20.000,00.
(C) reconheceu uma receita no valor de R\$ 250.000,00.
(D) reconheceu uma receita no valor de R\$ 200.000,00.
(E) reconheceu uma receita no valor de R\$ 50.000,00.

43. A Cia. Molha & Seca adquiriu, em 31/05/2016, mercadorias para serem revendidas. Em função de sua situação financeira, a Cia. adquiriu estas mercadorias por R\$ 500.000,00 para serem pagas em 30/09/2017. Se a Cia. tivesse adquirido estes produtos à vista teria pagado R\$ 400.000,00. Em 10/06/2016, a Cia. vendeu 70% desses produtos por R\$ 600.000,00 para serem recebidos integralmente em 01/08/2017. Sabe-se que a Cia. concede, normalmente, um prazo de 40 dias para seus clientes e que o valor da venda se tivesse sido feita à vista seria R\$ 510.000,00. Com base nestas informações, na data da venda, a Cia. Molha & Seca reconheceu Receita de Vendas de

- (A) R\$ 600.000,00 e Custo das Mercadorias Vendidas de R\$ 280.000,00.
(B) R\$ 510.000,00 e Custo das Mercadorias Vendidas de R\$ 350.000,00.
(C) R\$ 510.000,00 e Custo das Mercadorias Vendidas de R\$ 280.000,00.
(D) R\$ 600.000,00 e Custo das Mercadorias Vendidas de R\$ 350.000,00.
(E) R\$ 510.000,00, Custo das Mercadorias Vendidas de R\$ 280.000,00 e Resultado Financeiro de R\$ 10.000,00 negativos.



44. A Cia. Falta Caixa apresentou a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício referente ao ano de 2015:

Demonstração do Resultado do Exercício (em R\$)

Receita Líquida de Vendas	300.000,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(130.000,00)
(=) Lucro Bruto	170.000,00
(-) Despesas Operacionais	
Despesas administrativas	(47.000,00)
Despesas com vendas	(15.000,00)
Despesa de depreciação	(10.000,00)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	
Resultado de equivalência patrimonial	18.000,00
Prejuízo na venda de imobilizado	(6.000,00)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e CSLL	110.000,00
(-) Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(22.000,00)
(=) Lucro Líquido	88.000,00

Com base nos dados apresentados acima, na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto, o Lucro Líquido Ajustado pelos efeitos das transações que não envolvem caixa e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento tem o valor de, em reais,

- (A) 98.000,00.
- (B) 86.000,00.
- (C) 80.000,00.
- (D) 104.000,00.
- (E) 90.000,00.

45. Em 02/01/2015, a Cia. Verde & Rosa adquiriu 10% da Cia. Colorida por R\$ 200.000,00 à vista. A Cia. Verde & Rosa adquiriu apenas ações preferenciais e não possui influência na Administração da Cia. Colorida. Durante 2015, a Cia. Colorida obteve lucro líquido de R\$ 150.000,00 e, em 31/12/2015, distribuiu e pagou dividendos no valor de R\$ 50.000,00. Com base nessas informações, o valor do investimento apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Verde & Rosa, em 31/12/2015, e o resultado reconhecido em 2015 pela Cia. Verde & Rosa referente a este investimento foram, respectivamente, em reais,

- (A) 200.000,00 e 5.000,00.
- (B) 200.000,00 e 15.000,00.
- (C) 210.000,00 e 15.000,00.
- (D) 210.000,00 e 10.000,00.
- (E) 205.000,00 e 5.000,00.

46. Em 10/05/2016, a Cia. Brasileira realizou uma venda a prazo no valor total de US\$ 200.000,00. Sabendo que a taxa de câmbio em 10/05/2016 era R\$ 3,50/US\$, em 30/05/2016 era R\$ 3,30/US\$ e a taxa de câmbio média do mês de maio de 2016 foi R\$ 3,40/US\$, a Cia. Brasileira reconheceu, no mês de maio de 2016, Receita de Vendas de

- (A) R\$ 700.000,00, apenas.
- (B) R\$ 660.000,00 apenas.
- (C) R\$ 680.000,00 apenas.
- (D) R\$ 680.000,00 e despesa financeira de R\$ 20.000,00.
- (E) R\$ 700.000,00 e despesa financeira de R\$ 40.000,00.



47. A Cia. Importadora adquiriu, em 31/12/2014, um equipamento para utilizar em suas operações, cuja vida útil econômica estimada era 10 anos. O equipamento foi adquirido por meio de arrendamento mercantil financeiro para ser pago em 4 prestações anuais, iguais e consecutivas de R\$ 55.098,00, com taxa efetiva de juros de 4% a.a., vencendo a primeira prestação em 31/12/2015. Sabendo-se que, no dia da aquisição, o valor justo do equipamento era R\$ 202.000,00, o valor presente das prestações era R\$ 200.000,00 e que a Cia. pretende ficar com o equipamento no final do contrato, a Cia. Importadora reconheceu
- (A) despesa financeira de R\$ 18.392,00 em 2015.
(B) um ativo de R\$ 200.000,00 na data da aquisição.
(C) um passivo de R\$ 220.392,00 na data da aquisição.
(D) um ativo de R\$ 202.000,00 na data da aquisição.
(E) despesa financeira de R\$ 5.098,00 em 2015.
-
48. A Cia. Industrial adquiriu, em 31/12/2013, uma máquina por R\$ 300.000,00 à vista. Na data de aquisição, a vida útil econômica estimada da máquina era 20 anos e o valor residual R\$ 20.000,00. Em 31/12/2014, após o reconhecimento da despesa de depreciação referente ao ano de 2014, a empresa reavaliou a vida útil da máquina e estimou que a vida útil remanescente era 15 anos e o valor residual R\$ 16.000,00. Sabendo que a Cia. Industrial utiliza o método das cotas constantes para cálculo da despesa de depreciação, o valor da depreciação acumulada evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2015 foi, em reais,
- (A) 28.000,00.
(B) 36.000,00.
(C) 30.667,00.
(D) 35.500,00.
(E) 32.000,00.
-
49. Determinada empresa obteve, em 30/06/2016, um empréstimo de R\$ 200.000,00 para a expansão de suas atividades, cujo critério de mensuração é o custo amortizado. No dia da liberação (30/06/2016), foram descontados pela instituição financeira R\$ 3.000,00 referentes a tarifas e taxas cobradas para a realização da operação. Este empréstimo será pago em 30/06/2017 e o valor será R\$ 215.000,00. Ao reconhecer esta operação, em 30/06/2016, a empresa realizou o seguinte lançamento contábil:
- (A) Débito – Disponível R\$ 200.000,00.
Crédito – Empréstimos a Pagar R\$ 200.000,00.
(B) Débito – Disponível R\$ 197.000,00.
Débito – Despesa Financeira R\$ 3.000,00.
Crédito – Empréstimos a Pagar R\$ 200.000,00.
(C) Débito – Disponível R\$ 197.000,00.
Débito – Despesa Financeira R\$ 18.000,00.
Crédito – Empréstimos a Pagar R\$ 215.000,00.
(D) Débito – Disponível R\$ 200.000,00.
Débito – Despesa Financeira R\$ 3.000,00.
Crédito – Empréstimos a Pagar R\$ 203.000,00.
(E) Débito – Disponível R\$ 197.000,00.
Débito – Juros e Encargos a Transcorrer R\$ 3.000,00.
Crédito – Empréstimos a Pagar R\$ 200.000,00.
-
50. A Cia. Pedras Belas, ao adquirir mercadorias para revenda, pagou os seguintes valores:
- | | |
|--|-------------------------------------|
| Mercadorias | R\$ 80.000,00 (líquido de tributos) |
| Frete para transporte das mercadorias até a empresa | R\$ 5.000,00 (líquido de tributos) |
| Seguro para transporte das mercadorias até a empresa | R\$ 3.000,00 |
| Tributos recuperáveis | R\$ 15.000,00 |
| Tributos não recuperáveis | R\$ 10.000,00 |
- Com base nessas informações, o valor dos estoques da Cia. Pedras Belas foi aumentado, em reais,
- (A) 80.000,00.
(B) 98.000,00.
(C) 88.000,00.
(D) 85.000,00.
(E) 113.000,00.

**Contabilidade Pública**

51. A despesa de aluguel do imóvel onde está instalado o almoxarifado central de determinada entidade pública, do mês de dezembro de 2015, foi empenhada e liquidada no referido mês e o pagamento ocorreu em 20 de janeiro de 2016. A entidade ao reconhecer a despesa no exercício de 2015, sob a perspectiva do setor público, atende ao princípio de contabilidade da
- (A) transparência.
 - (B) anualidade.
 - (C) programação orçamentária.
 - (D) competência.
 - (E) fidedignidade da informação contábil.
-
52. Segundo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, o registro contábil da arrecadação da receita de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, concomitante com o fato gerador, no subsistema de informações patrimoniais, será realizado mediante débito e crédito, respectivamente, nos títulos de contas
- (A) Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional e Impostos sobre a produção e a circulação – ICMS.
 - (B) Receita tributária arrecadada e Receita a arrecadar tributária.
 - (C) Crédito tributário a receber e Impostos sobre a produção e a circulação – ICMS.
 - (D) Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional e Impostos sobre patrimônio e a renda – ICMS.
 - (E) Receita a realizar e Impostos sobre a Produção e a Circulação – ICMS.
-
53. Determinado Estado da região Central do Brasil, no exercício de 2015, repassou à Assembleia Legislativa, a título de duodécimos, o total de R\$ 90.178.000,00, para execução orçamentária. Os duodécimos recebidos pela Assembleia Legislativa deverão ser demonstrados, no Balanço Financeiro, como
- (A) Transferências voluntárias do Estado.
 - (B) Participação nas receitas do Estado.
 - (C) Transferências financeiras recebidas.
 - (D) Transferências intergovernamentais.
 - (E) Transferências entre Poderes.

Atenção: Para responder às questões de números 54 e 55, considere as seguintes informações:

O Presidente da Assembleia Legislativa de determinado Estado autorizou a contratação de empresa para fornecimento de vale refeição aos servidores públicos da Assembleia Legislativa, no valor mensal de R\$ 90.000,00, pelo prazo de 12 meses (01/05/2015 a 30/04/2016).

54. A despesa com vale refeição, segundo a Lei Federal nº 4.320/1964, deve ser empenhada no elemento de despesa
- (A) Auxílios.
 - (B) Outras despesas variáveis – pessoal civil.
 - (C) Material de consumo.
 - (D) Contribuições.
 - (E) Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.
-
55. Do total da despesa empenhada para o exercício de 2015, foi inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 90.000,00. Nestas condições, o valor da despesa paga no exercício de 2015 foi, em reais,
- (A) 720.000,00.
 - (B) 990.000,00.
 - (C) 450.000,00.
 - (D) 630.000,00.
 - (E) 360.000,00.



56. As demonstrações contábeis do exercício de 2015 do Estado do Rio Negro foram publicadas no Diário Oficial do Estado em 31/03/2016. O demonstrativo contábil que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte e destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, é
- (A) o Balanço Financeiro.
 - (B) a Demonstração dos Fluxos de Caixa.
 - (C) a Demonstração da Arrecadação de Receitas Orçamentárias e de Pagamento de Despesas.
 - (D) a Demonstração das Variações Patrimoniais.
 - (E) a Demonstração das Metas Bimestrais de Arrecadação de Receitas e de Pagamento de Despesas Orçamentárias.
-
57. No mês de setembro de 2016, os descontos efetuados por determinada entidade do setor público na folha de salários dos servidores a título de contribuição previdenciária foi de R\$ 280.500,00. As contribuições previdenciárias retidas dos salários dos servidores pelo ente público, segundo a Lei Federal nº 4.320/1964, devem ser classificadas como
- (A) receita orçamentária temporária.
 - (B) ingresso extraorçamentário.
 - (C) ingresso intraorçamentário.
 - (D) transferências fiscais a entidades previdenciárias.
 - (E) despesa de pessoal.

Atenção: Para responder às questões de números 58 e 59, considere os ingressos de receitas e desembolsos de despesas referentes à execução orçamentária de determinada entidade do setor público no exercício de 2015. (valores em reais)

Ingressos de Recursos Financeiros

– Impostos	290.000,00
– Contribuições de Melhoria	65.000,00
– Alienação de Bens Imóveis	110.000,00
– Taxas de Limpeza Pública	25.000,00
– Contribuições Econômicas (Custeio de Iluminação Pública)	35.000,00
– Rendimentos de Aplicações Financeiras	15.000,00
– Operações de Crédito	70.000,00
– Quota Parte do ICMS e do IPVA	130.000,00

Desembolsos de Recursos Financeiros

– Pessoal e Encargos Sociais	290.000,00
– Amortização da Dívida de Longo Prazo	85.000,00
– Coleta de Lixo nos Hospitais Públicos	35.000,00
– Água, Luz e Telefone	20.000,00
– Aquisição de Veículos	55.000,00
– Conservação e Manutenção de Imóveis Públicos	45.000,00
– Locação de Mão de Obra	30.000,00
– Juros e Encargos da Dívida	25.000,00
– Aquisição de Imóveis	115.000,00

58. A entidade, com base nos ingressos e desembolsos dos recursos financeiros, elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício de 2015. O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais totaliza, em reais,
- (A) 80.000,00.
 - (B) 140.000,00.
 - (C) 115.000,00.
 - (D) 105.000,00.
 - (E) 160.000,00.



59. Os desembolsos de recursos financeiros, no exercício de 2015, que alteram a composição dos elementos patrimoniais, sem afetar o patrimônio líquido da entidade, totalizam, em reais,
- (A) 255.000,00.
 - (B) 290.000,00.
 - (C) 280.000,00.
 - (D) 300.00,00.
 - (E) 170.000,00.
-
60. A despesa total de pessoal do Poder Legislativo incluindo o Tribunal de Contas do Estado referente ao terceiro quadrimestre de 2015 cumpriu o limite estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000. De acordo com esta lei, considerando que no Estado não há Tribunal de Contas dos Municípios, o limite estabelecido para o Poder Legislativo incluindo o Tribunal de Contas do Estado não poderá exceder, em cada período de apuração, o percentual máximo de
- (A) 2,5% – aplicado sobre a receita corrente líquida.
 - (B) 3% – aplicado sobre as receitas tributárias arrecadadas.
 - (C) 2,5% – aplicado sobre as receitas orçamentárias arrecadadas.
 - (D) 3% – aplicado sobre a receita corrente líquida.
 - (E) 6% – aplicado sobre a receita corrente líquida.
-
61. No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são segregados em circulante e não circulante. De acordo com a codificação das contas contábeis relacionadas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, as contas 1.1.9.1.0.00.00 – Prêmios de Seguros Apropriar e 2.2.1.4.0.00.00 – Encargos Sociais a Pagar devem ser classificadas, respectivamente, no ativo
- (A) circulante e no passivo não circulante.
 - (B) não circulante e no passivo circulante.
 - (C) circulante e no passivo circulante.
 - (D) não circulante e no passivo não circulante.
 - (E) imobilizado e no passivo não circulante.
-
62. Considere:
- A Autarquia Hospitalar Estadual Dom Joaquim II alienou, no mês de janeiro de 2016, um veículo pelo valor de R\$ 35.000,00
 - Valor da aquisição do veículo R\$ 40.000,00
 - Depreciação acumulada R\$ 8.000,00
- Neste caso,
- (A) a receita de capital foi de R\$ 32.000,00.
 - (B) o ganho com alienação do imobilizado foi de R\$ 3.000,00.
 - (C) a variação patrimonial diminutiva foi de R\$ 5.000,00.
 - (D) a receita de capital foi de 40.000,00.
 - (E) a receita corrente foi de R\$ 3.000,00.



Atenção: Para responder às questões de números 63 a 65, considere o balancete do subsistema de informações patrimoniais do mês de novembro de 2015 de uma entidade do setor público (valores em reais).

Grupo de Contas do Balancete Patrimonial (30/11/2015)

– Ativo Circulante	32.000,00
– Ativo não Circulante	26.000,00
– Passivo Circulante	7.000,00
– Passivo não Circulante	9.000,00
– Patrimônio Líquido	5.000,00
– Variações Patrimoniais Diminutivas	35.000,00
– Variações Patrimoniais Aumentativas	72.000,00

Durante o mês de dezembro de 2015, a entidade realizou as seguintes transações:

– Arrecadação de receitas correntes, concomitante ao fato gerador	18.000,00
– Doação de computadores a entidades sem fins lucrativos	4.000,00
– Arrecadação de receitas de operações de crédito de longo prazo	10.000,00
– Empenho e pagamento de despesa de aluguel	2.000,00
– Abertura de crédito adicional por excesso de arrecadação de receitas	5.000,00
– Pagamento (devolução) de caução à empresa participante de licitação	1.000,00

63. Após as transações realizadas pela entidade, o saldo do Ativo Circulante é, em reais,

- (A) 58.000,00.
- (B) 53.000,00.
- (C) 59.000,00.
- (D) 62.000,00.
- (E) 57.000,00.

64. O valor do Passivo não Circulante é, em reais,

- (A) 19.000,00.
- (B) 18.000,00.
- (C) 13.000,00.
- (D) 24.000,00.
- (E) 17.000,00.

65. O Resultado Patrimonial do exercício é, em reais,

- (A) 50.000,00.
- (B) 54.000,00.
- (C) 47.000,00.
- (D) 49.000,00.
- (E) 45.000,00.

Orçamento Público

66. O Secretário de Orçamento e Planejamento de determinado Estado, visando a melhorar a transparência e o controle dos gastos públicos, propõe para o exercício de 2017 uma lei orçamentária anual específica para cada um dos Poderes e para o Ministério Público. De acordo com as regras que norteiam a elaboração do orçamento anual, o princípio orçamentário que NÃO será atendido é o da

- (A) universalidade.
- (B) exclusividade.
- (C) uniformidade.
- (D) transparência.
- (E) unidade ou totalidade.



67. A execução orçamentária do exercício inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Segundo a Lei Complementar nº 101/2000, o relatório resumido da execução orçamentária de cada exercício será
- publicado pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público e entidades da Administração indireta, até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, com aprovação do controle interno.
 - publicado pelo Poder Executivo, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, e demonstrará, entre outros, a execução das despesas por função e subfunção.
 - elaborado pelos órgãos e entidades da Administração direta e indireta, publicado após o encerramento de cada quadrimestre, e acompanhado da apuração da Receita Corrente Líquida e dos Restos a Pagar detalhado por Poder e órgão.
 - elaborado pelo Poder Executivo, publicado ao final de cada bimestre, após aprovação do controle interno, abrangerá todos os órgãos e entidades da Administração direta e indireta e demonstrará as receitas e despesas realizadas.
 - elaborado pelo controle interno de cada Poder, publicado até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, e acompanhado do demonstrativo das metas bimestrais de arrecadação e do cronograma de desembolsos.
-
68. Suponha que o Governador do Estado pretenda realizar determinada despesa e o saldo da dotação seja insuficiente, ou que não haja dotação orçamentária específica. Segundo a Lei Federal nº 4.320/1964, deverá ser aberto crédito adicional
- extraordinário, quando o saldo da dotação orçamentária for insuficiente para realização da despesa.
 - emergencial, em qualquer hipótese, desde que se trate de despesas urgentes e imprevistas.
 - extraorçamentário, quando destinado a reforço de dotação orçamentária.
 - especial, quando não haja dotação orçamentária específica para realização da despesa.
 - suplementar, em qualquer hipótese, desde que se trate de despesas urgentes e imprevistas.
-
69. Acerca das etapas das receitas orçamentárias, a previsão implica planejar e estimar a arrecadação que constará da proposta orçamentária. Na execução, a realização da receita se dá em três estágios
- o lançamento, a arrecadação e o recolhimento.
 - a aprovação, a arrecadação e a contabilização.
 - o lançamento, a arrecadação e a aplicação.
 - a aprovação, a arrecadação e o recolhimento.
 - o lançamento, o recebimento e a contabilização.

Atenção: Para responder às questões de números 70 a 72, considere a classificação das despesas orçamentárias, que serão incluídas na proposta orçamentária da Assembleia Legislativa de determinado Estado, para o exercício de 2017 (valores em reais).

– Aquisição de dez computadores novos	25.000,00
– Locação de imóvel onde está instalado almoxarifado	60.000,00
– Aquisição de material de expediente	15.000,00
– Locação de mão de obra	20.000,00
– Aquisição de gêneros de alimentação	5.000,00
– Contribuição para o Instituto de Previdência	190.000,00
– Aquisição de dois veículos novos	180.000,00
– Construção do prédio para instalação do restaurante da Assembleia	350.000,00
– Aquisição de material de construção para reparos em imóveis	30.000,00
– Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	150.000,00
– Serviços de manutenção nos elevadores	40.000,00
– Aquisição de gasolina para a frota de veículos	90.000,00

70. As despesas classificadas no elemento de despesa Obrigações Patronais somam, em reais,

- 340.000,00.
- 360.000,00.
- 345.000,00.
- 190.000,00.
- 230.000,00.



71. As despesas classificadas no elemento de despesa Material de Consumo somam, em reais,
- (A) 110.000,00.
 - (B) 135.000,00.
 - (C) 180.000,00.
 - (D) 140.000,00.
 - (E) 125.000,00.
-
72. O total das despesas de capital soma, em reais,
- (A) 595.000,00.
 - (B) 555.000,00.
 - (C) 615.000,00.
 - (D) 585.000,00.
 - (E) 600.000,00.
-
73. A Lei Orçamentária Anual do Estado do Himalaia do Sul promulgada pelo governador para o exercício de 2015 orçou a receita e fixou a despesa em R\$ 2.978.880.000,00, compreendendo, nos termos da Constituição Federal,
- (A) os orçamentos: fiscal, da seguridade social e de investimento.
 - (B) as despesas correntes e de capital e o anexo de metas fiscais.
 - (C) as despesas por função, subfunção e as metas bimestrais de arrecadação.
 - (D) os créditos orçamentários, as despesas por Poder e o cronograma de desembolso.
 - (E) as despesas por órgão, por unidade orçamentária e o demonstrativo dos restos a pagar.
-
74. No exercício de 2017, o Estado pretende contrair um empréstimo de longo prazo, no valor de R\$ 6.500.000,00, para construir dois hospitais em determinado município do interior. Na proposta orçamentária que será encaminhada à Assembleia Legislativa, a receita decorrente do empréstimo será classificada como
- (A) transferências de capital.
 - (B) obras públicas.
 - (C) receita de operações de crédito.
 - (D) receita imobiliária.
 - (E) receita patrimonial.
-
75. A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e da despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo. Segundo a Portaria Interministerial nº 163/2001, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por
- (A) categoria econômica, despesa corrente e de capital e elemento de despesa.
 - (B) entidade, programa, subprograma e elemento de despesa.
 - (C) categoria econômica, investimento, custeio e modalidade de aplicação.
 - (D) poder, programa, grupo de natureza de despesa, projeto e atividade.
 - (E) categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

Auditoria

76. A empresa pública de transportes intermunicipais do Estado contratou a firma Tradição e Consultoria para realizar auditoria das demonstrações contábeis do exercício de 2015. Concluído os trabalhos de auditoria, a opinião do auditor trata de determinar se
- (A) o sistema de controle interno é eficiente de modo a proteger a entidade dos riscos de distorções relevantes causadas por fraudes ou erros.
 - (B) as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
 - (C) a Administração conduz os negócios da entidade com eficiência e eficácia, viabilizando o futuro da entidade.
 - (D) as demonstrações contábeis são elaboradas por profissionais devidamente habilitados e representam adequadamente a posição patrimonial e a capacidade financeira da empresa frente as suas obrigações.
 - (E) as demonstrações contábeis do exercício são elaboradas de acordo com as práticas usuais para o ramo de atividade da entidade e estão livres de irregularidades causadas por atos intencionais.



77. A fiscalização, no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul e das entidades da Administração direta e indireta, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. O controle externo será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, ao qual NÃO compete
- (A) realizar por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração direta e indireta.
 - (B) fiscalizar as contas das empresas de cujo capital o Estado participe, de forma direta ou indireta, nos termos do estatuto próprio.
 - (C) representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
 - (D) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.
 - (E) julgar as contas do Governador do Estado, através de relatório de fiscalização que deverá ser elaborado por auditores em até sessenta dias a contar do recebimento das contas prestadas anualmente.

78. O cumprimento das normas da Lei Complementar nº 101/2000 será fiscalizado pelo controle externo de cada ente da federação. No que tange à fiscalização da escrituração das contas públicas, serão observadas se o ente público cumpre, entre outras, as seguintes normas da Lei Complementar nº 101/2000:
- I. A demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.
 - II. As operações de crédito, avais e garantias, bem como os direitos e haveres do ente público, serão registrados em contas orçamentárias.
 - III. As receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos.
 - IV. As alienações e as aquisições de ativos somente serão realizadas quando incluídas no plano plurianual ou em lei que autorizar sua inclusão.
 - V. A disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) II, IV e V.
 - (D) I, III e V.
 - (E) I, II e V.
79. Concluída a auditoria das demonstrações contábeis, caso o auditor não esteja convencido de que a entidade elaborou as demonstrações contábeis de acordo com as normas de auditoria aplicável, na emissão do relatório deverá expressar uma opinião modificada. Segundo a NBC TA 705, a opinião modificada compreende:
- (A) opinião com ressalva, opinião adversa ou abstenção de opinião.
 - (B) opinião sem ressalva, opinião com ressalva ou opinião adversa.
 - (C) opinião com ressalva, opinião pela irregularidade com recomendação ou abstenção de opinião.
 - (D) opinião com recomendação, opinião pela irregularidade ou abstenção de opinião.
 - (E) opinião com ressalva, opinião adversa ou opinião pela irregularidade.

80. No âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, compete ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo
- (A) avaliar o cumprimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme dispõe o artigo 59, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.
 - (B) verificar a observância dos limites e das condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar, estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.
 - (C) realizar auditoria nas demonstrações contábeis das empresas contratadas pelo Estado para a execução de obras públicas.
 - (D) determinar a demissão de pessoal, quando a despesa ultrapassar o limite máximo permitido na Lei Complementar Federal nº 101/2000.
 - (E) avaliar o cumprimento das metas de arrecadação de receitas e de realização de despesas, conforme estabelecidas no Plano Plurianual.